

A RELATIVIDADE DA MAIS-VALIA: GESTORES E ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA EM PORTUGAL

João Valente Aguiar¹

Resumo

Neste artigo são apresentadas e discutidas as formas pelas quais a classe social dos gestores lidou com a organização económica portuguesa desde 1926 até aos dias de hoje. Para além disso, é defendido aqui que é a plasticidade social dos gestores que lhes permitiu ultrapassar os desafios e as encruzilhas políticas dos últimos noventa anos. Neste sentido, existem dois grandes períodos onde os tecnocratas definiram as políticas económicas, não obstante as suas diferenças políticas: a ditadura do Estado Novo (1933-1974) e o regime democrático liberal (1976-presente). Entre estes regimes, ocorreu a Revolução dos Cravos onde a classe trabalhadora criou comités de trabalhadores e outros tipo de organismos de base de poder proletário. Neste processo revolucionário houve também uma fracção da classe capitalista dos gestores – localizada nas direcções de muitos partidos de extrema-esquerda, de sindicatos e das forças militares – que teve um papel crucial na derrota do processo. Em resumo, uma classe social, múltiplas e diferentes temporalidades e fracções, o mesmo lugar dominante na sociedade.

Palavras-chave: Gestores; Mais-valia relativa e absoluta; Classes sociais; Estado e política

Abstract

In this paper it is presented and discussed the way how the social class of managers have delt with the Portuguese economic organization since 1926 until the present. Furthermore, it is argued that it was the social plasticity of managers that allowed them to overcome the challenges and the political crossroads along the last ninety years. In this sense, there are two major periods where technocrats defined economical policies, despite their political differences: the dictatorship of New State (1933-1974) and the democratic liberal regime (1976-present). Between these regimes, there was the Carnation Revolution where the working class created factory committees and other kind of grassroots organisms of proletarian power. In this revolutionary process there was also a fraction of the capitalist managerial class – placed in the boards of many extreme left-wing parties, trade unions and in the military branch – that played a crucial role on the defeat of the process. In brief, one social class, multiple and different temporalities and fractions, the same dominant place in society.

Keywords: Managers; Relative and absolute surplus value; Social classes; State and politics

¹ Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP). O presente trabalho realizou-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT – SFRH/BPD/85425/2012.

Introdução

Para lá das circunvoluções da História e dos abalos protagonizados pelas lutas sociais e pelas mudanças de regime político, o que é que permite ao capitalismo sobreviver e até expandir-se? Que sujeitos sociais permitem ultrapassar os momentos em que tudo parece mudar – política, social e economicamente – e, no final de contas, os mesmos princípios de organização estrutural da sociedade voltam a assumir um primado institucional? Em suma, o que possibilita ao modo de produção capitalista sair fortalecido no rescaldo das crises políticas? Como se verá ao longo do artigo, avançar-se-á com a hipótese de que a classe dos gestores, ancorados no Estado e/ou nas empresas, consagram uma forma de poder específico assente na regulação e controlo da articulação das várias estruturas da sociedade.

No caso português, as maiores crises institucionais do século XX passaram por três grandes eventos. Em primeiro lugar, a queda da Monarquia Constitucional e a subsequente implantação da República a 5 de Outubro de 1910. Em segundo lugar, o derrube da Primeira República pelo golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926, que viria a abrir caminho para a posterior implantação do Estado Novo em 1933. E, em terceiro lugar, a Revolução de 25 de Abril de 1974 que, após um período de fortes lutas sociais nas empresas e nas ruas, resultaria na constituição de um regime democrático-liberal. Em todos esses grandes eventos, salta à vista a conturbação e o abalo institucional que a si veio apenso. E também salta à vista a disparidade entre o estado de vertigem histórica nos momentos das conjunturas de mudança de regime e a ulterior normalização institucional que permitiu expandir e reorganizar as relações sociais dominantes. Certamente não se trata de uma singularidade portuguesa. O caso histórico português surge tão-somente como um exemplo concreto da forma como a classe dos gestores foi administrando os conflitos na sociedade portuguesa. E que, após as conjunturas de mudança de regime político e de lutas sociais intestinas, sempre lhe deu uma orientação organizacional capaz de alargar os horizontes de acção do capitalismo previamente existente. Porém, se este processo de recuperação e de amplificação institucional foi uma constante, também não é menos verdade que esse mesmo processo nunca conseguiu carrear um modelo de desenvolvimento económico hegemónico pelos princípios da mais-valia relativa (Marx 1992).

Com efeito, este artigo buscará descrever os princípios fundamentais da actuação dos gestores ao longo da ditadura do Estado Novo (secção I), no quadro do processo revolucionário de 1974-75 (secção II) e no seio do regime democrático (secção III). De referir que a actuação relativamente estável dos gestores dentro de cada um dos três contextos não exclui a existência de discordâncias políticas no seu seio, nem a persistência de fracções concorrentes com os estratos dominantes num determinado momento. Como se procurará demonstrar, não obstante a plasticidade institucional dos gestores, estejam eles ancorados num aparelho de Estado, em organizações partidárias e sindicais burocráticas, no exército ou nas empresas, o seu dinamismo orientador expressa-se na sua actuação enquanto articuladores das várias estruturas de uma formação social global.

I – Gestores e a modernização económica no Estado Novo

O regime político ditatorial do Estado Novo surgiu no momento histórico dos fascismos europeus (Torgal 2009; Loff 2008; Aguiar 2008). No contexto de crise económica e política do entre-guerras, o Estado Novo português (1933-1974) correspondeu à institucionalização subsequente à ditadura militar (1926-33) que tinha derrubado a Primeira República. Essa institucionalização operou-se no quadro de uma hegemonização política dos salazaristas sobre o conjunto das direitas conservadoras e liberais portuguesas, sobre o eixo miliciano fascista dos Nacionais-Sindicalistas e sobre as próprias Forças Armadas. Ao mesmo tempo, a hegemonização política da corrente fascista no aparelho de Estado correspondeu igualmente à intervenção estatal sobre a economia como mola propulsora de reorganização do capitalismo português (Aguiar 2013). Esta centralidade da simultânea actuação política e económica do Estado levou um historiador a considerar existir no regime salazarista um «primado indiscutível do político sobre o económico, mesmo quando de economia se trata. Porque, mesmo quando dela se trata, é a estratégia política do salazarismo para a conservação e durabilidade do regime que define e determina as lógicas economicamente erráticas de actuação do Estado» (Rosas 2012: 300-301).

Num tempo em que o Estado ocupava um lugar político e económico central tanto no chamado campo socialista, na esquerda social-democrata e keynesiana e na extrema-direita (Dobb 1972; Ianni 2004), o corporativismo foi genético à estruturação e às práticas políticas do Estado Novo português. De facto, «esta intervenção directa» do Estado

«estruturou-se em organismos de coordenação económica, que tutelavam áreas importantes da economia, organizando a produção e a comercialização, controlando importações e exportações, definindo regras e a actividade das empresas: tinham todo o poder. Esses organismos foram criados entre 1932 e 1941 e abrangiam grande parte da economia: a exportação de frutas e de cereais, a cortiça, os resinosos, os lacticínios, a madeira, o vinho, o azeite, os óleos vegetais, os produtos químicos e farmacêuticos, o carvão, os metais» (Costa et al 2010: 215).

Desse modo, os organismos corporativistas corresponderam a modalidades de condução da política económica a partir do próprio Estado. Aliás, seria a partir do aparelho político que os gestores iriam definir as orientações económicas de remodelação do capitalismo português. Como lembra um especialista no assunto,

«o Estado Novo criou o quadro que permitiu formar-se e desenvolver-se, quase a partir do nada, uma sólida classe de gestores. Por estranho que pareça, a instabilidade da Primeira República não se devera às frequentíssimas mudanças governamentais, mas ao facto de a administração não possuir um lastro burocrático que lhe garantisse a continuidade de funcionamento para além das peripécias parlamentares» (Bernardo 2003: 319).

Dito de modo resumido, a classe dos gestores reconstruiu, a partir do Estado, o poder económico capitalista em bases mais estáveis do que as operadas no quadro da Primeira República. Tanto pela via do sucesso na repressão da classe trabalhadora como pela via da política corporativa, o Estado Novo «ajudou a burguesia a modernizar-se e a ampliar a sua base económica e, assim, poupou-lhe o definhamento a prazo» (Bernardo 2003: 319).

Ao longo de mais de quarenta anos, os gestores conseguiram importantes feitos económicos no quadro do capitalismo português. Dentre os mais significativos, destacam-se a expansão da concentração de capital, a formação de grupos económicos oligopolistas, a criação de condições gerais de produção ao nível de infra-estruturas várias, a unificação do capital bancário, comercial e industrial e, por último, a edificação de um aparelho burocrático sólido e estável.

A criação de um sistema de economia organizada e intervencionada directamente pelo Estado não apenas valida, em termos genéricos, as teses da autonomia relativa do aparelho de Estado (Poulantzas 1978; Codato e Perissinotto 2011) nas formações sociais capitalistas. De facto, o aparelho de estado fascista amplia essa autonomia relativa na medida em que, por um lado, desempenha um papel hegemónico na condução da política

económica e, por outro lado, é no seu aparelho executivo que se encontra o núcleo organizador e soberano de todas as práticas políticas e económicas fundamentais de uma formação social.

Este papel central dos gestores no Estado teve como consequência um avanço da industrialização e da modernização capitalista. Contudo, ela foi lenta e procurou sempre não ferir os interesses do grande latifúndio. Nesse sentido, a estrutura económica portuguesa na década de 50, tinha a seguinte configuração.

«A agricultura era ainda o sector económico que mais gente ocupava, com 50% da mão-de-obra, não indo a indústria além dos 23% e os serviços dos 26%. A mão-de-obra agrícola era muito pouco produtiva: apesar de ser o sector de maior dimensão em termos de emprego, era também o que menos contribuía para o PIB (28%, contra 34% da indústria e 38% dos serviços)» (Amaral 2010: 23).

Os vinte anos seguintes seriam os de maior modernização económica. Assim, em 1974, «a agricultura empregava apenas cerca de um quarto da mão-de-obra nacional, enquanto à indústria cabiam cerca de 35% e aos serviços cerca de 40%. Quanto à importância para o conjunto da produção, o peso da agricultura no PIB passou para cerca de 12%, contra 41% da indústria e 47% dos serviços» (idem).

Mas esta modernização seria relativa e, como se avançou na introdução, nunca foi capaz de se sustentar nos mecanismos da mais-valia relativa. Não é por isso aleatório que a estrutura de classes no final do Estado Novo denotasse ainda traços relativamente arcaicos. Num dos primeiros e raros estudos sociológicos autorizados pelo regime (a Sociologia só seria autorizada e reconhecida institucionalmente após 1974), Adérito Sedas Nunes e David Miranda (Nunes, Miranda 1969) chegaram ao seguinte mapa de classes. Os autores utilizaram um modelo de estratificação hierárquica mas que espelha a polarização colossal da população portuguesa de então. Assim, a camada superior (que podemos corresponder latamente à classe dominante) era constituída por apenas 1,1% da população activa. Por seu turno, a denominada camada média (profissionais liberais, profissionais técnicos e supervisores intermédios) abarcava 11,4%, e a camada inferior-alta (trabalhadores qualificados e com rendimentos acima da média) chegava aos 15,5% da população activa. Assim, na base, a camada inferior-baixa constituída por operários com baixas qualificações e baixos salários, camponeses pobres e desempregados ultrapassava os 70%.

Por conseguinte, vislumbra-se aqui um sintoma claro no maior malogro económico do Estado Novo: o falhanço na passagem a um regime liberal, na definição do

desenvolvimento económico na base dos mecanismos da mais-valia relativa. O facto é que o regime impedia cada vez mais a modernização económica. Ao mesmo tempo, as lutas operárias e a luta contra a guerra nas ex-colónias portuguesas articulavam um forte descontentamento contra o regime fascista.

Nesse panorama a coesão do regime começa a rachar. O caso da eleição presidencial entre Américo Tomás (o candidato do regime salazarista) e Humberto Delgado (dissidente do regime e general de carreira) em 1958 evidenciaria uma cisão dentro do próprio regime e, acima de tudo, iria corroer a base social de apoio ao regime. Também em 1961, o general Botelho Moniz, ministro da Defesa, operaria uma tentativa de deposição de Salazar e dos seus homens de confiança. Como defende o historiador Fernando Rosas, ocorreu então «um conflito claro e aberto com os comandos das Forças Armadas acerca da orientação política do regime» (Rosas 2012: 246). Este movimento de contestação em altas patentes militares era também o reflexo de discordâncias no seio das classes dominantes. Conforme descreve o mesmo autor, «o movimento de Botelho Moniz surgia como o braço militar da corrente reformista civil, tal como se desenhava desde meados dos anos 50» (Rosas 2012: 250). Todavia, as hesitações de Botelho Moniz levam a que Salazar se antecipe e consiga evitar a acção golpista do seu ex-ministro.

Entretanto, o regime não sobreviveria mais 13 anos apenas fruto das manobras de bastidores. Na realidade, apesar das dissensões e das fricções, Salazar foi capaz de unificar os gestores em torno de um projecto de maior modernização económica, mantendo, porém, o essencial do regime. Assim, o período de maior crescimento económico do regime (de 1960 em diante) também vai explicar o porquê da sobrevivência do regime. Como refere Bernardo, «ao mesmo tempo que proclamava “Aguentar! Aguentar!” [Maio de 1959], Salazar reorganizava o governo e chamava de novo Ferreira Dias, o mais modernizador dos tecnocratas, antigo subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria, entregando-lhe desta vez o próprio Ministério da Economia. O presidente do Conselho sabia que não poderia “aguentar” na política sem se adaptar na economia, e os gestores partidários da industrialização foram parte indispensável da manobra» (Bernardo 2003: 322). Salazar seria bem-sucedido a reconciliar os interesses liberalizantes da tecnocracia económica com os interesses políticos hegemónicos dos fascistas instalados no aparelho de Estado. Assim, seria finalmente a indústria a arrastar o processo de crescimento económico durante os últimos 15 a 20 anos do Estado Novo. De acordo com os dados conhecidos, «entre 1956 e 1973 a taxa média anual de crescimento da indústria foi de 8,6%» (Costa et al 2010: 204). Ao mesmo tempo, o PIB

per capita cresceria a um ritmo que chegaria mesmo a ultrapassar as taxas de crescimento de outros países europeus.

Contudo, o sucesso económico do Estado Novo na década de 60 era relativo, na medida em que «há que considerar que se trata[va] de uma economia com um ponto de partida inferior ao de outros países europeus» (Costa et al 2010: 205). Em simultâneo, e como salienta um dos estudos que temos vindo a seguir «o aumento do PIB *per capita*, como é bom de ver, regista tanto o aumento do Produto quanto à variação da população. Ora, este é o período de intensa emigração: uma parte da população foge do país. Seja porque foge da miséria, seja porque foge da guerra: emigram cerca de 100 mil pessoas por ano entre 1966 e 1973, chegando a quase 200 mil em 1970. Nos anos que vão de 1960 a 1973, emigra mais de um milhão e meio de portugueses. (...) Portugal é o único país europeu cuja população residente decresce neste período. Com este grande efeito conjugado sobre a população, o PIB *per capita* é inflacionado, ainda mais se uma parte da população menos produtiva, nomeadamente da agricultura, for a base de recrutamento da emigração» (Costa et al 2010: 205-206).

Perante este cenário começa-se a vislumbrar os limites da expansão económica dos últimos 15 anos da ditadura salazarista. E aqui chegamos à discussão mais aprofundada da incapacidade do Estado Novo para alavancar a economia numa base de incremento da intensidade capitalística². De facto,

«a economia continuou a depender de sectores de baixa produtividade e pouco valor acrescentado. Foram esses sectores de produtividade baixa que mais cresceram nestes anos de mudança. Assim, no conjunto da indústria transformadora, os sectores mais representativos eram em 1958 a alimentação, bebidas e tabaco, com 27,6%, que em 1973 ainda representava 21%, enquanto o segundo sector, o dos têxteis, vestuário e calçado, subira de 21,8% para 23,4% – os dois sectores representam sempre cerca de metade da indústria transformadora. Houve ganhos de produtividade, mas partindo de uma estrutura industrial muito rudimentar e que mesmo assim foram medianos nas comparações europeias» (Costa et al 2010: 206-207).

Em suma, «a indústria portuguesa baseou-se durante todo o período em produtos baratos produzidos por trabalho barato» (Costa et al 2010: 207). O que significa que o incremento de capital constante nunca foi no sentido de estimular investimentos com potencial tecnológico aplicado à produção. Por sua vez, tal procedimento implicou que grande parte da força de trabalho continuasse a ter baixas qualificações, não operasse com

² A intensidade capitalística reflecte o rácio de bens de capital investido por trabalhador.

níveis crescentes de trabalho complexo e que, portanto, o par aumento de produtividade/aumento dos salários apenas se aplicava a uma minoria dos trabalhadores.

Nesse sentido, a discrepância salarial entre os trabalhadores em Portugal e noutros países europeus era por demais notória: «o salário médio nacional era, em 1973, 25% do da Alemanha e 49% do da Espanha (...). Em 1973, um terço das famílias não tinha rendimento suficiente para assegurar as suas necessidades básicas: cerca de 30% dos portugueses viveria com um consumo de proteínas inferior ao considerado mínimo vital» (Costa et al 2010: 208). Por conseguinte, a modernização capitalista do final do Estado Novo assentou muito mais na expansão de sectores pouco produtivos e com baixa intensidade capitalística, baseando-se de sobremaneira na exploração económica da força de trabalhona base da mais-valia absoluta. Essa é uma das hipóteses mais plausíveis que podem explicar porque um crescimento económico robusto nunca foi acompanhado por aumentos consideráveis da produtividade. Pelo contrário, o que acompanhou o crescimento do PIB foi a persistência de fortes desigualdades sociais e salariais, bem como dos baixos índices de consumo da classe trabalhadora em Portugal.

Assim, não obstante o crescimento absoluto do PIB, o facto é que a sustentabilidade do regime estava condenada. Por um lado, o choque petrolífero quadruplicou o preço do petróleo. De referir que a crise do petróleo de 1973 era decorrente do esvaziamento do modelo fordista (Harvey 1990; Antunes 2000) e das lutas sociais dos trabalhadores um pouco por todo o mundo (Maio de 68 francês, Outono quente italiano de 1969, etc.). Por outro lado, à medida que no mundo capitalista desenvolvido se ia processando a ascensão de uma soberania das empresas (Bernardo 2004) sobre o Estado, a ditadura portuguesa via a sua margem de manobra reduzir-se. Sendo assim, tanto pela incapacidade do Estado Novo para protagonizar o salto do fordismo para o toyotismo, como pelo falhanço na criação de um tecido produtivo assente numa articulação entre os grandes grupos económicos e pequenas e médias empresas inovadoras (Alemanha, França, países nórdicos, EUA, etc.), o regime nunca foi capaz de encarrear o desenvolvimento económico na base do desenvolvimento dos mecanismos da mais-valia relativa.

Consequentemente, sectores da tecnocracia começaram a preparar a sua ansiada liberalização económica. «Os tecnocratas da nova geração sustentaram as orientações que Rogério Martins pretendeu aplicar de 1969 a 1972, enquanto esteve à frente da Secretaria de Estado da Indústria, visando uma ampla abertura aos capitais estrangeiros e à concorrência externa e a integração na economia europeia. E depois de 1976 eles

defenderam, já sobre bases políticas adequadas, uma estratégia semelhante. Através destes seus novos elementos, a classe dos gestores conseguiu dar outro fôlego à burguesia portuguesa nas condições do capitalismo moderno» (Bernardo 2003: 326).

No entanto, o regime tinha chegado à recta final. Atordoado por uma guerra colonial que lhe sangrava as contas públicas e que lhe ia retirando apoio popular, e incapaz de se modernizar numa base capitalista avançada, o Estado Novo seria derrubado a 25 de Abril de 1974. Durante quase dois anos, os planos liberalizantes dos gestores no Estado Novo ficariam de parte.

II – Os gestores na revolução: dois eixos de evolução, um corolário

A revolução portuguesa de 1974-75 foi um dos processos de mais abrangentes e fortes lutas sociais de que há memória em toda a Europa. Parte de uma vaga internacional de lutas que se tinham iniciado com o Maio de 68 francês, a revolução de Abril difundiria um processo de tentativa de controlo da produção económica por parte dos trabalhadores. Comissões de trabalhadores surgiram a partir de Maio de 1974 e chegaram a operar em alguns milhares de empresas por todo o país (Santos e Cruzeiro 1997), substituindo o patronato e os gestores que tinham fugido do país. Ao mesmo tempo, centenas de comissões de moradores surgiram tendo como principal reivindicação a luta pela moradia. E no sul do país, num território que ocupava quase um terço do país, surgiram dezenas de Unidades Colectivas de Produção, isto é, mais de 1.300.000 hectares foram expropriados pelos trabalhadores que, de forma colectiva e democrática, passaram a gerir as propriedades fundiárias (Aguiar 2010). Manifestações de rua em luta por melhores salários e melhores condições de vida com centenas e dezenas de milhares de participantes sucediam-se quase semanalmente. O grau de mobilização foi tal que, à primeira vista, chega a ser inusitado como tal processo só durou pouco mais de um ano e meio (de Abril de 1974 a Novembro de 1975).

De facto, apesar da maré espontânea difundida a grande parte do território nacional, e apesar da organicidade institucional expressa inclusive em formas de poder extra-estatal e extra-capitalista, não é menos verdade que o impacto de uma ditadura que durou quase meio século não deixaria de surtir efeito de um dia para o outro. Explicitando, tendo a ditadura do Estado Novo alicerçado os seus pilares no aparelho de Estado, é natural que, para além da violência repressiva, a sua legitimidade política se tenha expressado em produtos políticos e ideológicos segregados pelo próprio aparelho de

Estado. Assim, desde a produção incessante de um imaginário cultural popular de tipo ruralizante (Melo 2001; Ramos do Ó 1999), até ao nacionalismo (Neves 2008; Trindade 2008), o facto é que o impacto dessas ideologias e dessas práticas na classe trabalhadora foi profundo.

O impacto do nacionalismo salazarista na população foi de tal ordem que até a principal força política de oposição ao Estado Novo, o Partido Comunista Português (PCP), não fugiu à absorção de elementos nacionalistas. No quadro específico português, o PCP foi desde a sua reorganização de 1940-41 um partido com uma aposta em apelos patriótico-nacionalistas. A palavra de ordem da “unidade dos portugueses honrados” é um exemplo paradigmático do nacionalismo congénito do PCP. Colocando a unidade de trabalhadores e de sectores liberais da burguesia portuguesa como principal objectivo político, o PCP definiu desde então o quadro por onde o seu nacionalismo floresceu desde então. Definida logo em 1943, no seu III Congresso (1º ilegal), esta abordagem dirigia-se claramente «a todos os patriotas e portugueses honrados» (Cunhal 2007a: 212):

«Política de união, leal e sincera, a “mão estendida” a todas as forças progressistas e patrióticas para lutar contra a fome, a opressão e a traição fascista, para derrubar o governo fascista de Salazar e instaurar um governo democrático de Unidade Nacional – esta é a nossa política. *O Partido Comunista não poupará fadigas e sacrifícios para tornar um facto a união da Nação Portuguesa* na luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. O Partido Comunista, tendo em vista a criação dum potente movimento de Unidade Nacional para o derrubamento do *fascismo que traiu Portugal, que traiu os interesses do Povo e da Nação*, estende lealmente a mão a todos os que queiram lutar sinceramente pela grande causa que é a causa de Portugal. Não nos anima nenhum propósito que o nosso Partido não tenha tornado claro. Não nos animam ressentimentos de qualquer espécie. Só uma exigência fazemos: que em todos os que se unem a nós no *movimento de Unidade Nacional* exista a mesma vontade de lutar unidos até à vitória» (idem) [grifos nossos].

Portanto, de acordo com o informe de Álvaro Cunhal apresentado ao III Congresso do PCP, nada era mais importante para o seu projecto político do que o restabelecimento da unidade nacional usurpada pelo fascismo. Não por acaso, os próprios termos com que o PCP coloca na crítica ao Estado Novo são muito semelhantes aos do regime: quando o principal dirigente do PCP fala em «movimento de Unidade Nacional» e em «união da Nação Portuguesa», é impossível descolar estes objectivos políticos da própria nomenclatura do regime, onde o partido único se intitulava precisamente União Nacional.

Com efeito, para o PCP o fascismo seria condenável acima de tudo por não ser fiel à nação e ao seu povo... Esta crítica de que o fascismo salazarista seria insuficientemente patriótico seria recorrente ao longo de toda a história subsequente do PCP. Três anos mais tarde, no Congresso partidário seguinte, Álvaro Cunhal volta a lembrar que «é na luta contra o fascismo que se está estabelecendo a *União Nacional*. É na luta contra o fascismo que *a família portuguesa se reconcilia* e ganha forças para libertar Portugal da tirania e edificar um Portugal democrático, próspero e independente» (Cunhal 2007b: 467) [grifos nossos].

Para além de nova menção enfática à unidade nacional – aqui expressamente definida com os mesmos termos do partido de Salazar – o mais relevante na argumentação de Cunhal é que o regime fascista dividiria a «família portuguesa» e que estaria ao serviço do obscurantismo dos monopólios portugueses e estrangeiros. Assim, tratar-se-ia de devolver Portugal ao povo português. Um povo português onde a classe trabalhadora não teria interesses políticos próprios para além das recorrentes reivindicações salariais imediatas. Ou seja, a classe trabalhadora veria os seus interesses concretizados e cumpridos dentro de uma unidade nacional de trabalhadores e de sectores não-monopolistas das classes capitalistas. Ao nacionalismo militarista e imperialista do Estado Novo, a generalidade da oposição de esquerda ao regime opôs-lhe um nacionalismo de base proletária.

Esta breve digressão pela genealogia nacionalista da principal força de oposição ao Estado Novo enquadra-se no processo explicativo dos principais factores que auxiliariam a derrota das lutas sociais do processo revolucionário de 1974-75. Conforme se identificou acima, o impacto do nacionalismo (que implica sempre uma visão estatista da política e da sociedade), inicialmente formulado pelo regime do Estado Novo, no seio da população foi profundo, levando a que as próprias forças oposicionistas não tivessem logrado superar a moldura ideológica da nação.

Neste quadro, as práticas da classe trabalhadora no processo revolucionário não tiveram uma expressão equivalente ao nível da percepção racional do processo que desencadearam. Por outras palavras, o surgimento de organismos e de instituições de poder de base, nas fábricas, nos supermercados e nos bairros populares, não foi acompanhado por uma consciência clara de que o prosseguimento desse processo só poderia consolidar-se por um aprofundamento desse tipo de relações sociais solidárias. Em suma, a famosa divisa da Primeira Internacional de que «a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras» (Marx s/d),

não obteve uma materialização cognitiva em centenas e centenas de milhares de trabalhadores que tinham acabado de sair da alçada de um regime repressor e obscurantista. Nesse sentido, foi natural que à participação espontânea das populações nos organismos de base se tivesse acrescentado a participação de várias organizações de esquerda e dos seus militantes.

Todavia, apesar de naquele contexto não terem faltado organizações que se reivindicavam explicitamente do estalinismo (UDP, AOC, PRP, PCP-ML, MRPP³), a única força política com influência política simultânea nos sindicatos, nas forças armadas, no aparelho de Estado e nas universidades era o Partido Comunista. Para além do mais, seria a única força política que se reivindicaria do marxismo-leninismo e que estaria presente nos seis Governos Provisórios. Aliás, nos II, III, IV e V Governos Provisórios o PCP foi a força política hegemónica na determinação da linha política dos respectivos governos (Lisi 2007).

Nesse contexto de acirradas lutas sociais nas empresas, o PCP e a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas (MFA), iria actuar a partir do Estado no sentido de disciplinar as mobilizações operárias. Logo nas primeiras greves registadas após a queda do regime fascista na TAP (companhia aérea portuguesa) e nos CTT (Correios de Portugal), o PCP iria compará-las a um “serviço” que jogaria em favor do retorno das forças do anterior regime.

«A arma da greve – que é um direito agora conquistado – não pode ser usada com leviandade. No contexto político actual é preciso esgotar outras formas de luta, tais como a negociação com o patronato, na obtenção das justas reivindicações e só então – com os olhos postos no que é fundamental e no que é secundário – a arma da greve deve ser usada como forma justa de vencer a resistência do patronato» (PCP 1974).

No dia seguinte, portanto, a 1 de Junho, a Intersindical Nacional (única central sindical da altura e controlada pelo PCP) realizou uma manifestação em que uma das principais palavras de ordem seria “Não à greve pela greve”. Ironia das ironias, a realização da manifestação no Dia Mundial da Criança demonstraria a forma paternalista como o PCP sempre considerou os trabalhadores: seres incapazes de se autonomizarem política e socialmente por si mesmos e para quem as suas manifestações espontâneas de

³UDP – União Democrática Popular; AOC – Aliança Operário-Camponesa; PRP – Partido Revolucionário do Proletariado; PCP-ML – Partido Comunista de Portugal – Marxista-Leninista; MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. Para uma leitura rigorosa e detalhada da formação da extrema-esquerda portuguesa vd. (Cardina 2011).

autonomia e de democracia organizativa mais não seriam do que birras infantis...E para que o poder paternal da burocracia partidária e sindical do PCP se pudesse impor, nada melhor do que aceitar e apelar à participação do Movimento das Forças Armadas (MFA) no controlo dos conflitos sociais.

Neste quadro, não foi aleatória a aprovação da Lei da Greve de 27 de Agosto de 1974 pelo II Governo Provisório do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e do Ministro do Trabalho José Costa Martins (ambos militares ligados ao PCP). Entre alguns dos pontos da nova legislação, destaca-se o dedicado à condenação das «formas ilícitas da luta laboral» – ou, por outras palavras, formas de luta autónomas.

O mesmo diploma legal proibia explicitamente a «cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo», bem como era «proibida a ocupação dos locais de trabalho durante a greve, sem prejuízo de poderem os grevistas formar piquetes externos com vista a assegurar que o trabalho não seja exercido por trabalhadores estranhos à empresa» e que «a greve deve ser obrigatoriamente precedida de um período de negociações e de tentativa de condições ou mediação com a entidade patronal nunca inferior a trinta dias» e só poderia ser convocada por sindicatos (Lei 392/74).

Com a condenação legal das greves convocadas directamente pelas comissões de trabalhadores, e com a condenação legal das lutas e das greves dentro das empresas, o PCP e os governos de Vasco Gonçalves contribuíram de maneira decisiva para que o confronto com o poder capitalista nas empresas deixasse de ocorrer dentro dos locais de trabalho. Doravante, nas próximas décadas, as lutas ficariam à porta das empresas e nas ruas. Com os conflitos laborais gradualmente afastados do espaço directo de produção (espaço por excelência onde se desenrola a exploração económica), o processo revolucionário esmorecer-se-ia gradualmente. Não obstante a fuga do país da parte dos maiores tecnocratas e proprietários de capital no início da revolução, o capitalismo português sobreviveria. Paradoxalmente, os protagonistas que mais lutaram contra a ditadura fascista foram os mesmos que utilizaram a mesma estrutura – o Estado – para coarctar a expansão dos organismos de base dos trabalhadores. Nesse capítulo, a acção conjugada entre as Forças Armadas, os Governos Provisórios hegemónizados pelo PCP e os sindicatos da Intersindical, e, por outro lado, a retirada do controlo da produção da alçada da classe trabalhadora para a esfera estatal (através das nacionalizações) seriam os dois eixos fundamentais para a retracção das lutas sociais de base.

Consequentemente, a sobrevivência do capitalismo português não foi assegurada pelos tecnocratas dominantes no Estado Novo e que se viram desalojados do Estado e das empresas com o processo revolucionário. Pelo contrário, seríamos gestores políticos instalados no aparelho de Estado durante os Governos Provisórios que desempenhariam um papel fulcral no controlo da situação política e no evitar da expansão dos fenómenos de poder popular e operário em Portugal.

A actuação de contingentes militares coligados com o Partido Comunista demonstra como a constituição das classes sociais atravessa barreiras políticas e ideológicas. Num contexto de ruptura revolucionária, as instituições repressivas e reguladoras do anterior regime afiguravam-se inoperantes para lidar com a nova situação. Nesse âmbito, apesar de instável, o controlo do centro de poder (Poulantzas 1978) do aparelho de Estado pelo Partido Comunista durante grande parte do processo revolucionário, não se traduziu apenas nessa esfera. Na realidade, o poder político não actuou unicamente no sentido de reprimir e de legislar contra a democracia de base. Em paralelo, a estatização da banca (Noronha 2011) e de diversos sectores económicos estratégicos na área das telecomunicações, da electricidade, dos transportes, dos produtos petrolíferos, levaram a que a burocracia partidária e militar no comando do Estado detivesse o controlo directo sobre parte muito apreciável do tecido económico. No final do processo revolucionário de 1975, e que a Constituição do ano seguinte subscreveria inicialmente, «o sector empresarial do Estado gerava entre 20 a 25% do PIB, representava cerca de 30% do investimento do país e empregava cerca de 8% da mão-de-obra» (Amaral 2010: 29). Esta era a base material que a esquerda dos gestores tinha conseguido controlar e essa era, em grande parte, a plataforma económica subtraída ao longo de meses ao poder das comissões de trabalhadores.

III – O regresso dos gestores tecnocratas

Durante o período revolucionário ocorreram dois grandes conflitos sociais. O primeiro, e que foi descrito nos seus contornos gerais na secção anterior, foi atravessado pelo confronto e pelo processo de apropriação dos organismos de base da classe trabalhadora pelas instituições sindicais e militares da esquerda estalinista. Este confronto também envolveu as forças políticas e militares à direita do Partido Comunista, que viam na iniciativa de base operária o maior obstáculo à reorganização das bases capitalistas da sociedade portuguesa. Nesse aspecto, a partilha de pastas ministeriais entre os três

principais partidos – Partido Popular Democrático (PPD), Partido Socialista (PS) e Partido Comunista – em quatro dos seis Governos Provisórios atesta a partilha de interesses entre diferentes fracções dos gestores na tentativa de controlo da iniciativa proveniente das comissões de trabalhadores e das comissões de moradores. Porém, os modelos que as diferentes fracções de gestores perspectivavam eram incompatíveis entre si e, após uma certa estabilização da situação nos locais de trabalho e nos bairros operários, a hegemonia do Partido Comunista quebrou definitivamente. Esse é o segundo grande conflito do período revolucionário português: a luta pelo controlo do aparelho de Estado entre os que defendiam um modelo capitalista fortemente estatizado da economia (nomeadamente o Partido Comunista Português e vários agrupamentos da extrema-esquerda), e os que defendiam um modelo capitalista aproximado com o das democracias liberais europeias (PPD e PS).

Ambos os conflitos se articularam mutuamente, pois a força de rua do PCP foi crescendo ao longo do processo à medida que avançava a sua dinâmica de incorporação estatal e sindical dos organismos de base dos trabalhadores. Na exacta medida em que o processo de institucionalização (e de esvaziamento) das comissões de trabalhadores era percebido como idêntico à estatização e ao controlo dos organismos proletários pelos sindicatos da Intersindical, o Partido Comunista ganhou um lastro operário de massas que lhe permitiu competir nas ruas com o Partido Socialista e com o Partido Popular Democrático. Mas o que inicialmente garantiu força ao PCP, a prazo acabou por representar o seu ponto de inversão. Descontentes com o facto de a estatização das empresas não corresponder às expectativas de controlo directo e de base pelos próprios produtores, boa parte dos trabalhadores acabou por progressivamente abandonar a participação massiva que tinha caracterizado grande parte do processo revolucionário. Por outro lado, consumado grande parte do processo de retracção da iniciativa operária, os gestores organizados em torno do PS e do PPD trataram de acirrar o conflito com o Partido Comunista e, finalmente, disputar e tomar o poder de Estado.

A 25 de Novembro de 1975, unidades militares de ambos os lados estiveram prestes a entrar em confronto armado. A solução de compromisso adoptada passaria pela promulgação de uma Constituição que contemplasse a construção de uma sociedade socialista, prioridade política do PCP, e pela aceitação deste partido como parceiro do novo regime democrático liberal. O compromisso político-partidário encontrado em final de Novembro de 1975 reflectia o compromisso social dentro das fracções dos gestores em fundarem um regime democrático liberal, expurgado da presença de órgãos de poder

operário. O novo regime democrático português iria institucionalizar a contratação e regulação da mão-de-obra em sede da inscrição da negociação entre sindicatos e patrões no âmbito dos Contratos Colectivos de Trabalho. Até à queda da União Soviética, este processo negocial iria permitir ao PCP e aos seus sindicatos manter-se como um parceiro institucional decisivo no enquadramento da força de trabalho.

Com a estabilização da situação política, ou se se preferir, com a derrota das lutas sociais, desenvolve-se um conjunto de procedimentos políticos e jurídicos que permitissem a transição para um novo processo de modernização capitalista em Portugal. Assim, logo em 1976 foi aprovada a Lei dos Contratos a Prazo, permitindo a introdução do trabalho precário. O despedimento colectivo foi facilitado, iniciando um processo de aproximação desta modalidade ao despedimento individual.

Em Junho de 1977 foi aprovada a Lei de Delimitação de Sectores. Tendo o aparelho de Estado salvaguardado a propriedade para usufruto dos trabalhadores, o processo de regresso da propriedade estatizada pôde voltar ao controlo dos grandes grupos económicos. Nesse sentido, esta lei teve uma importância relevante na abertura das empresas estatais à gestão privada, na criação de entidades financeiras privadas (caixas económicas) e na imposição de um limite à expansão da propriedade estatal. Também em 1977, foi aplicada a Lei Barreto (que levou o nome do então Ministro da Agricultura) levou às primeiras devoluções de terras ocupadas pelos trabalhadores rurais alentejanos. A limitação ao crédito das explorações agrícolas dos trabalhadores (as denominadas Unidades Colectivas de Produção) data daquela altura.

Assim sendo, as nacionalizações de sectores inteiros da economia acabaram por desempenhar um posterior papel na expansão das relações sociais capitalistas. Para além da salvaguarda jurídica da propriedade e das relações assentes na divisão de funções entre a produção de mercadorias e a gestão e administração do processo de trabalho, verificou-se que, com o decorrer do tempo, os grandes grupos económicos privados e oligopolistas só se puderam formar a partir da prévia concentração empresarial no Estado.

«Verifica-se que as grandes empresas em Portugal são, com poucas excepções, o resultado da concentração bancária e industrial produzida pelas nacionalizações vinte anos antes: assim é no sistema financeiro, nos cimentos, na pasta de papel, nos tabacos, na distribuição de combustíveis, nos serviços telefónicos, na electricidade. As grandes empresas privadas, por sua vez, ou são as que resultam da privatização desses monopólios», estatizados em 1975, «ou concentram-se na distribuição, no imobiliário, na construção civil, e raramente na indústria transformadora» (Costa et al 2010: 276).

A modernização capitalista do período democrático ocorreria sobretudo no período entre 1985 e 1992, período em que Portugal adere à então CEE (Comunidade Económica Europeia), hoje UE (União Europeia). Neste período, «a abertura da economia foi muito rápida, passando o volume do comércio externo a representar cerca de 45% do PIB em 1991, sendo de apenas 29% cinco anos antes» (Amaral 2010: 37). Segundo este especialista, «a explicação reside no aumento da produtividade a ritmo idêntico ao dos salários, não se agravando assim os custos unitários do trabalho. Este comportamento da produtividade poderá talvez explicar-se pela enorme redução de custos resultantes da queda do preço do petróleo e pelo melhoramento dos métodos de produção trazidos pelo investimento estrangeiro» (Amaral 2010: 37). Neste período, a economia portuguesa foi, pela primeira vez em décadas, capaz de se organizar em torno dos princípios da mais-valia relativa.

Porém, a crise europeia de 1992-93 acarretou uma quebra na procura externa. O Estado recorreu a uma desvalorização da então moeda nacional (o escudo) de forma a manter a competitividade das empresas. Mas a adopção de uma política expansionista em tempos de recessão levou a que a inflação disparasse e o poder de compra fosse engolido. Doravante, não mais a economia portuguesa conseguiria registar os mesmos índices de crescimento económico. Na medida em que, na sua globalidade, as empresas não foram capazes de se modernizar tecnologicamente e, por conseguinte, de competir nos mercados internacionais de bens transaccionáveis, a orientação política recuou para a prerrogativa de acumular e lucrar mas sem modernizar no quadro dos mecanismos da mais-valia relativa.

Nesse sentido, a tabela 1 apresenta, em percentagem, a evolução dos salários e da produtividade em Portugal entre 1995 e 2006, sendo que *A* representa a taxa de crescimento dos salários nominais e *B*, a taxa de crescimento da produtividade, ambas em percentagem.

Tabela 1 – Evolução do crescimento dos salários e da produtividade

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
A	6,7	9,0	3,8	4,3	4,0	6,9	5,2	3,8	3,2	3,3	3,3	2,6
B	5,8	3,6	2,4	2,6	3,1	1,8	0,2	0,1	-0,7	1,0	0,2	0,2

Fonte: Olivier Blanchard (2007)

Como a tabela demonstra, em todos os anos contemplados, o aumento nominal dos salários foi sempre superior ao aumento da produtividade. Mas o que à primeira vista pode parecer lisonjeiro para os trabalhadores, na verdade não o foi. Os mecanismos da mais-valia relativa operam por via da expansão do conjunto de *outputs* produzidos por unidade horária. Por essa via do aumento da produtividade, aumenta também o volume da mais-valia produzida, bem como a taxa de exploração. Esta dinâmica acarreta invariavelmente o aumento nominal dos salários, mesmo que, para o conjunto da classe capitalista, o rácio entre a mais-valia produzida e o conjunto do capital variável tenha progredido a seu favor. Ou por outras palavras, a dinâmica da mais-valia relativa permite os salários crescerem, mesmo que o seu ritmo de crescimento seja inferior ao do crescimento dos lucros e da mais-valia apropriada. Esta dinâmica acarreta um crescimento económico durável pois, para além do crescimento dos salários acompanhar o crescimento da produtividade, ocorre um aumento do poder de compra dos trabalhadores o que, por sua vez, acarreta uma melhoria da procura interna e da performance económica geral.

Evidentemente, o problema na economia portuguesa dos últimos 20 anos está na baixa intensidade capitalística da economia portuguesa e não nos salários nominais, pois mesmo tendo crescido acima da produtividade, a massa salarial portuguesa continuou a ser das mais baixas de toda a Europa. De facto, como o economista Miguel Frasquilho lembra oportunamente, a intensidade capitalística «situa-se, em Portugal, em cerca de 59% da média dos 27» (Frasquilho 2013: 49) da União Europeia, o que dá conta da baixa capacidade de investimento na estrutura produtiva. Acima de tudo, um baixo investimento em bens de capital e em tecnologia avançada, única forma de incrementar a produtividade do trabalho e, dessa forma, fazer crescer a taxa da mais-valia a um ritmo superior ao crescimento da aplicação de capital constante.

Ora, isto permite-nos resgatar a discussão da incapacidade estrutural dos gestores portugueses em dinamizar a economia dentro da dinâmica da mais-valia relativa acima descrita. Em termos comparativos europeus, verifica-se que, mesmo num período de crédito abundante, a economia portuguesa continuaria sem ser capaz de convergir os seus níveis de produtividade com os da restante União Europeia. Nesse sentido, recorreu-se a dados do Eurostat, relativos à produtividade por hora de trabalho calculada em volume de euros, para se construir a Tabela 2.

Tabela 2 – Produtividade por hora de trabalho calculada em euros

	2000	2009	2010	2011	Δ% 2000-2011	Δ% 2009-2011
UE 27	28,0	30,7	31,4	31,8	13,57%	3,58%
Alemanha	37,3	40,9	41,7	42,3	13,40%	3,42%
Grécia	17,6	21,1	20,4	19,9	11,55%	- 5,69%
Espanha	27,3	29,4	30,0	30,4	11,36%	3,40%
Itália	32,0	31,7	32,4	32,5	1,56%	2,52%
Portugal	14,9	16,1	16,4	16,5	10,74%	2,48%

Fonte – Eurostat 2012

Os dados disponíveis permitem verificar que a produtividade portuguesa em 2000 era 39,94% da alemã e em 2011 era 39,01%. Portanto, dito de uma maneira muito simples, mesmo já a economia alemã estando a produzir no ano de 2000, em média, 37,3 euros por hora (algo de que nem em 2011 Portugal chega a metade), esta conseguiu incrementar mais 5 euros por hora na última década. Portanto, a um nível já elevado de produtividade, a economia alemã foi capaz de continuar a fazer crescer, em termos absolutos, a capacidade de extrair maior quantidade de bens e de serviços por cada hora de trabalho. Inversamente, Portugal, que só produzia, em média, 14,9 euros por cada hora de trabalho em 2000, chegou a 2011 com 16,5 euros por hora. Se, percentualmente, o diferencial de aumento da produtividade nem seria muito distinto (10,74% contra os 13,40% na Alemanha), na realidade a economia portuguesa, em 11 anos, incorporou por cada hora de trabalho apenas mais 1,6 euros. Ou seja, a taxa de crescimento unitário da produtividade foi de cerca de um terço da registada na Alemanha. Por conseguinte, e em jeito de resumo, Portugal tem uma produtividade cerca de 39% da alemã e teve, em onze anos, um aumento nos ganhos de produtividade do trabalho na ordem de um terço do registado na Alemanha, a economia mais poderosa da zona euro.

Por conseguinte, dadas as dificuldades estruturais dos gestores em alavancarem o crescimento económico numa base de aumento constante da produtividade, a orientação económica prevaiente consubstanciou-se na aposta no sector de bens não-transaccionáveis e no aumento do consumo particular (das famílias e das empresas) a partir da contracção de dívida externa. Em simultâneo, o Estado continuaria a desempenhar um papel relevante no estímulo ao investimento, nomeadamente em infra-estruturas de diversa ordem.

Mas o Estado já não mais se orientava como organizador geral da vida económica como no Estado Novo e, de modo distinto e com diferentes propósitos políticos, durante o período revolucionário. Pelo contrário, o centro de gravidade do poder de classe dos gestores capitalistas tinha migrado para as empresas e para os bancos que organizavam colectivamente a articulação institucional do capitalismo português. A perda de poder e de influência do aparelho de Estado na estrutura social global implicou, entre outros aspectos, a passagem de inúmeras empresas para fora da alçada estatal: as privatizações. Por seu turno, as privatizações permitiram, durante 20 anos, o Estado português compensar as dificuldades na colecta de receitas fiscais⁴, nomeadamente em sede de IRC (imposto sobre as empresas). Como mecanismo compensatório para o Estado, entre 1987 e 2008, as privatizações permitiram amealhar 28.156 milhões de euros (Costa et al 2010: 282).

Com efeito, o mecanismo das privatizações traduz-se dessa forma, no caso português, numa corroboração de que o Estado e as empresas não são instâncias concorrentes ou opostas entre si (Polanyi 2011). Pelo contrário, os benefícios mútuos parecem indicar uma interligação entre o aparelho político estatal e as empresas. Se o Estado perde o controlo económico directo sobre determinadas empresas, e mesmo assim as políticas macroeconómicas aprofundam o poder económico das classes dominantes, então o Estado consubstancia-se como uma estrutura imanente ao capitalismo. Em simultâneo, o vaivém constante de gestores entre altos cargos do Estado e as maiores empresas corrobora a existência de um consenso dentro da classe capitalista. Bem como também corrobora a existência de uma homologia entre a estrutura estatal e as empresas, traço constitutivo do modo de produção capitalista.

Em termos de política económica, os resultados das últimas duas décadas têm-se saldado em taxas de crescimento do PIB relativamente baixas. Apenas nos anos entre 1997 e 1999 a economia cresceu acima dos 4%, e de 1993 em diante existiram 6 anos em 20 com queda do PIB (Pordata 2012a). Por outro lado, o PIB *per capita* depois de, na década de 90, ter sofrido um aumento de cerca dos 11 mil euros (a preços constantes) para os 14 mil euros, desde então tem-se mantido relativamente estagnado em redor dos 15 mil euros (Pordata 2012b). De acordo com outros dados comparativos, o PIB per capita português andava em torno dos 64% da média da União Europeia (Frasquilho 2013: 98).

⁴Os impostos não pagos de capital «entre 2005 e 2010, serão por isso cerca de dez mil milhões de euros. É o equivalente a toda a despesa pública com saúde e bastante mais do que toda a despesa com educação» (Costa et al 2010: 320).

Nesse sentido, a estrutura da economia portuguesa tem-se espelhado de acordo com os seguintes parâmetros:

a) *Portugal importa anualmente mais de 50% de produtos com alta e média-alta intensidade tecnológica* e as suas exportações focam-se fundamentalmente em produtos com baixa e média-baixa intensidade tecnológica (mais de 60%) (Compete 2010);

b) *as exportações intra-comunitárias estavam nos 74% em 2011*, sendo este número ilustrativo da integração profunda da economia portuguesa na zona económica europeia. Se é verdade que, em 2011, estes 74% representavam uma diminuição dos 75,4% do total das exportações em 2009, não parece que tal pequeno recuo seja demonstrativo de uma ruptura com o padrão de integração de Portugal na economia europeia. No mesmo sentido devem ser vistos os aumentos relativos de exportações portuguesas para outros mercados não-europeus e que encheram as parangonas dos jornais. Por exemplo, se o aumento das exportações para a China cresceu 69,7%, importa ter em mente que o seu peso passou entre 2010 e 2011 de 0,6% para 0,9% do total das exportações. A Argélia também aumentou 66,8% num ano, mas o seu peso continua a ser pequeno: de 0,6% para 0,8% do total das exportações. O mesmo padrão foi conseguido relativamente ao Japão, com um aumento de 50% entre 2010 e 2011 e onde o peso no global de exportações passou de 0,3% para 0,5%. Assim, Alemanha, França e Espanha contribuem, respectivamente, com 13,6%, 12,0% e 24,8% do total de exportações portuguesas (em 2009 eram 13,0%, 12,4% e 27,2%). Portanto, só estes três mercados captaram 50,4% de todas as exportações portuguesas em 2011 (Banco de Portugal 2011: 173);

c) *Portugal tinha um «passivo externo líquido em 2011 correspondente a 195,8 mil milhões [bilhões] de euros (109% do PIB [Produto Interno Bruto])»* (veja aqui) e «entre o fim do 1.º trimestre de 1996 e o fim do 4.º trimestre de 2010 [...] os défices acumulados da balança de bens» foram «de cerca de – €234 mil milhões e da balança de rendimentos de cerca de – €61 mil milhões», contrabalançados muito parcialmente pelos excedentes acumulados registados na balança de serviços e na balança de transferências correntes de cerca de €57 mil milhões e €43 mil milhões, respectivamente» (Cabral 2012);

d) *a balança corrente registou entre 2005 e 2011 uma perda acumulada de 55,67% do PIB*. E estas perdas não decorrem apenas do facto de Portugal ter um défice persistente nos produtos energéticos (défice em todos os anos deste exercício e que oscilaram entre perdas de 2,9% do PIB em 2009 e 4,7% em 2008). De facto, o saldo acumulado de perdas da balança comercial portuguesa (a agregação da balança de bens

com a balança de serviços) andou na casa dos 41% do PIB (um valor longe de ser despreciando), o que só confirma a dependência externa da economia portuguesa. A balança de capital foi sempre positiva mas nunca superior em cada ano a 1,2% do PIB nacional, portanto incapaz de contrabalançar os défices persistentes da balança corrente. O mesmo se passou no caso das remessas de emigrantes/imigrantes, que, apesar de sempre positiva, nunca ultrapassou o 1,1% do PIB. O que significa que a economia portuguesa está a ser financiada por poupança externa.

e) *a formação bruta de capital fixo tem vindo a diminuir significativamente ao longo dos últimos anos, acumulando uma queda de 20,56%. Em 2007: 2,6; em 2008: – 0,3; em 2009: – 8,6; em 2010: – 4,1; em 2011: – 11,4 (Banco de Portugal 2012: 109).*

Por conseguinte, a actual estrutura económica alinha-se no sentido de uma franca debilidade e de um endividamento externo (do Estado às empresas e bancos, passando também pelos particulares) que dificilmente será revertido a curto-médio prazo. Estes dados são coincidentes com os dados avançados acima na discussão em torno das tabelas 1 e 2. Alguns economistas à esquerda (Rodrigues 2013) têm defendido que a causa das dificuldades da economia portuguesa – agravadas com a crise económica e financeira na zona euro – residiria no facto de Portugal ter aderido à moeda única do euro. Tem sido relativamente consensual entre os economistas de que a política de valorização monetária do euro, aplicada pelo Banco Central Europeu, penaliza as exportações.

Todavia, esta asserção tem de ser relativizada. Em primeiro lugar, a reorientação económica estratégica tomada nos últimos três anos tem sido direccionada para o aumento das exportações e, mesmo com um euro fortemente valorizado, as exportações entre 2010 e 2013 têm aumentado consistentemente (10,2% em 2010; 7,2% em 2011; 3,3% em 2012; 4,7% previsto para 2013 (Banco de Portugal 2012: 109)). Ora, ao contrário do período anterior, em que a economia portuguesa importava sempre bastante mais do que exportava, a crise económica levou a um duplo processo. De um lado, a contracção económica reduziu a procura interna o que levou a um abaixamento das importações. De outro lado, sob impulso da União Europeia, tem ocorrido uma ligeira reconversão do tecido económico português no sentido de aumentar a internacionalização das empresas portuguesas. Ainda é muito cedo para se poder avaliar em definitivo, mas este processo aparenta ser um aproveitamento mais eficiente das potencialidades já existentes e não uma melhoria significativa dos índices de produtividade do trabalho.

Em segundo lugar, se fosse verdade que o euro valorizado limitasse em absoluto as exportações portuguesas, então faltaria explicar porque outras economias europeias,

com um perfil semelhante ao português até há algumas décadas atrás, conseguiram progredir a sua produtividade. Comparando com o caso irlandês, verifica-se que «no final dos anos 80, o nível de vida médio dos irlandeses», medido pelo PIB *per capita*, «era de cerca de 70% da média da UE-27» (Frasquilho 2013: 148), portanto a um nível pouco superior ao caso português. Todavia, mesmo com a recessão económica dos últimos anos, onde o PIB chegou a cair 8% no ano de 2009, e onde a intervenção do Estado irlandês para salvar a banca se cifrou no número astronómico dos 450 mil milhões de euros, mesmo neste contexto a economia tem vindo a recuperar o próprio nível médio de vida se cifra nos 130% da média da União Europeia (idem: 146, 148). Por conseguinte, o facto de os capitalistas irlandeses (e norte-americanos) terem enveredado por uma modernização económica no âmbito da mais-valia relativa e na captação de capitais e de investimentos, permitiu-lhes aguentar a crise económica e financeira e, do mesmo modo, manterem os mesmos índices económicos e de qualidade de vida anteriores à crise económica. Por outras palavras, a perda de competitividade da economia portuguesa advém muito mais da baixíssima produtividade do seu aparelho produtivo do que directamente da valorização cambial.

Claro que uma moeda valorizada como o euro dificulta a sustentabilidade de um tecido produtivo tão débil como o português. Mas o problema não está, neste caso, na valorização monetária. Basta reparar que, nas mesmas condições monetárias, a produtividade irlandesa passou de uma produção horária de 36,6 euros em 1999 (exactamente a mesma que a alemã no mesmo ano), para uma produção horária média em torno dos 51,7 euros, em 2011 (Eurostat 2012). Ora, em Portugal a produtividade aumentou cerca de 11% no mesmo período e, pior ainda, manteve índices muito reduzidos: em 2011 era, em média, de 16,5 euros por hora. Portanto, a produtividade média da economia portuguesa ronda os 30% da irlandesa. Dito de outra forma, a produtividade irlandesa no quadro do euro aumentou cerca de 41%. A inversão da causalidade na relação entre o câmbio e a produtividade por parte dos analistas obscurece que a base do atraso estrutural da economia portuguesa encontra-se na sua baixa produtividade. E, portanto, na incapacidade dos gestores, em Portugal, para, ao longo de todo o século XX, terem encarregado a economia na base dos mecanismos da mais-valia relativa.

Perante este cenário, verificou-se entretanto que, entre 1992 e 2008, as cem maiores fortunas portuguesas representaram um valor entre um mínimo de 10% do PIB (1992) e um máximo histórico de 22%, em 2007 (Costa et al 2010: 343). Assim sendo,

fica registado o facto de que a acumulação de capital tem prosseguido. Ou seja, em termos genéricos e focando o período democrático, os gestores conseguiram concretizar o primeiro objectivo de qualquer prática capitalista na economia: acumular capital numa escala crescente, a partir da exploração da força de trabalho. Todavia, essa acumulação não se tem caracterizado por uma ultrapassagem do «grande problema da economia portuguesa: a sua fraca produtividade» (Amaral 2010: 69). É este parâmetro nuclear das economias capitalistas avançadas que explica que, em Portugal, o conjunto de «especialistas das actividades intelectuais e científicas» e de «técnicos e profissões de nível intermédio» representem 15,9% da população activa, enquanto no conjunto da União Europeia este sector qualificado da classe trabalhadora representava, em 2010, 23%, portanto, 44% abaixo da média europeia (Alves 2011). Ao mesmo tempo, Portugal continua a ter um nível de qualificação muito inferior à da média europeia. De acordo com João Ferreira de Almeida, «dados de 2011 mostram que 35% dos portugueses têm hoje pelo menos o ensino secundário completo» (Almeida 2013: 165), ao passo que a média dos 27 países da União Europeia se situa nos 73,4%. A qualificação da generalidade dos trabalhadores continua a ser uma miragem. Sintoma do tecido produtivo existente, a circunscrição das altas qualificações a uma minoria da força de trabalho demonstra uma primordial baixa aplicação de alta tecnologia no aparelho produtivo. Também no plano educativo e científico, as políticas públicas dos gestores têm acompanhado as suas dificuldades na área económica.

Conclusão. Vão-se os anéis, ficam os dedos

Neste artigo procuramos descrever os sucessos e insucessos da classe social dos gestores em Portugal. Nesse quadro, os gestores foram relativamente bem-sucedidos no que há de mais fundamental – a produção da dominação de classe assente na expansão quantitativa da mais-valia – mas foram relativamente malsucedidos no respeitante ao enquadramento de grande parte da economia numa base tecnologicamente avançada.

Num primeiro período, durante o Estado Novo, a classe dos gestores conseguiu modernizar a estrutura económica portuguesa em termos fundamentalmente quantitativos. O mesmo é dizer que a repressão da classe trabalhadora concorreu para uma política económica assente em baixos salários e na preservação das posições hegemónicas de sectores industriais e agrícolas com baixo valor acrescentado. Se estiver correcta a tese de que o fascismo surgiu em situações em que o bloqueio económico

impede a difusão dos princípios da mais-valia relativa, então o fascismo português tentou superar os bloqueios económicos pré-existentes num exercício que se veio a verificar como de fuga para a frente. Ou seja, do ponto de vista económico, o Estado Novo não rompeu com o modelo baseado na mais-valia absoluta, não obstante as modernizações verificadas. Dentre estas destaca-se a solidificação de uma burocracia estatal estável, a organização integrada da estrutura económica, a difusão dos princípios do fordismo a várias indústrias, a concentração de capital e a criação de grandes grupos económico-financeiros.

Os princípios da mais-valia absoluta detiveram uma grande importância no Estado Novo nomeadamente em três níveis diferenciados mas interrelacionados. Num primeiro nível, temos a supramencionada aposta em sectores industriais com pouca intensidade capitalística associada. Num segundo nível encontrava-se o arcaísmo da propriedade fundiária onde, no caso dos campos do sul do país, assentou fundamentalmente num carácter intensivo em trabalho mal pago, desemprego e horários de trabalho que iam de 12 a 14 horas diárias (Aguiar 2010). Por último, o carácter colonial de parte da economia portuguesa manteve as propriedades típicas do colonialismo do século XIX. Perante a independência das colónias asiáticas e africanas, as economias capitalistas europeias mais avançadas viram-se perante a necessidade de incrementar os mecanismos da mais-valia relativa como forma de modernizar a economia doméstica. Inversamente, o nacionalismo colonizador do Estado Novo impediu-o de modernizar duravelmente a estrutura económica portuguesa, na medida em que tomou a escolha política de manter a espoliação colonial em África. Por conseguinte, o comando político do Estado pelos gestores ligados ao partido fascista acabou por impedir a adopção abrangente dos princípios da mais-valia relativa. Estes acabaram por ser preteridos em função da preservação dos princípios ideológicos do nacionalismo belicista e colonizador.

Portanto, o modelo económico do Estado Novo corroeu-se ao nível da metrópole e ao nível das colónias. A somar à hegemonia da mais-valia absoluta juntou-se o desgaste da população com a guerra colonial (1961-1974), o que se repercutiu na Revolução de 25 de Abril de 1974. Abriu-se, assim, caminho a uma das mais profundas ondas de lutas sociais do período e foi a única vez, em Portugal, que a possibilidade de se constituir uma alternativa anticapitalista realmente existiu. Durante o processo revolucionário, foram milhares de fábricas, supermercados e de propriedades fundiárias que centenas de milhares de trabalhadores geriram directamente. A dinâmica das lutas sociais dos trabalhadores opera-se em torno do confronto entre os princípios da auto-organização e

da hetero-organização. Ou seja, a organização autónoma da classe trabalhadora, a partir do controlo directo e democrático dos meios e dos recursos sociais de produção, depende da sua capacidade crescente de instituir princípios de revogabilidade de delegados, numa base permanente e participada pelos próprios trabalhadores. Porém, se a auto-organização não se expande e ao lidar com novos desafios – como a coordenação geral das várias unidades produtivas – acaba por solicitar e autorizar a concentração de tarefas de administração numa camada, então temos a penetração do princípio da hetero-organização no seio das próprias instituições operárias.

Nesse caso, o recuo da auto-organização abre espaço para que do seu seio surja o que já não é apenas uma camada social burocrática. De facto, pelo simples facto de que tal camada controla e coordena a articulação entre unidades produtivas, surge uma renovação dos gestores. Não se trata aqui dos gestores de recorte tecnocrata mas de novos gestores provenientes de organizações políticas, sociais e sindicais. A este propósito, a actuação do PCP e de grande parte das forças armadas no processo de 1974-75 foi causa determinante na contenção da auto-organização da classe trabalhadora portuguesa. Ausentes os típicos gestores tecnocratas, a esquerda militar dos gestores permitiu salvaguardar a propriedade capitalista. Ao mesmo tempo, o facto de a classe trabalhadora não ter sido politicamente capaz de distinguir as relações (jurídicas) de propriedade das relações de apropriação material (Balibar 1998: 235), auxiliou de sobremaneira à penetração do Estado central e da esquerda dos gestores no seio dos organismos proletários de base.

Entretanto, a institucionalização do regime democrático liberal permitiu que, numa fase inicial, os princípios da mais-valia relativa avançassem. Até ao início da década de 90, os dados existentes aparentam considerar que os gestores, tanto a nível nacional como a nível da sua integração europeia, estariam finalmente encadear a economia nos princípios capitalistas mais avançados. Todavia, a crise do início da década recolocou em cima da mesa a prioridade do lucro imediato, independentemente da maior ou menor sustentabilidade económica, tecnológica e qualificacional do modelo equacionado. Nesse quadro, a aposta no sector não-transaccionável e no abaixamento progressivo do conjunto do investimento directo estrangeiro repercutir-se-ia na ampliação de um padrão assente no endividamento externo de famílias, empresas e do Estado, e numa exportação de produtos com baixa componente tecnológica. O que implica igualmente a reprodução dos baixos salários auferidos pela maioria dos trabalhadores, nativos e imigrantes, a viver em Portugal.

Formação bruta de capital fixo em queda consecutiva nos últimos 10 anos, altas qualificações restritas a uma parte da força de trabalho e incapacidade de captar investimento que impulsione a intensidade capitalística formam o triângulo que fizeram da expansão da mais-valia uma relatividade.

Vai-se a mais-valia relativa e a intensidade capitalística, ficam a acumulação e o lucro imediatos. Ou como diz o célebre ditado popular, vão-se os anéis, ficam os dedos. Esse tem sido o mote da classe dos gestores em Portugal.

Bibliografia

AGUIAR, João Valente (2013) – A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, p. 119-140

AGUIAR, João Valente (2010) – *Classes, valor e acção social*. Lisboa: Página a página.

AGUIAR, João Valente (2008) – *Fascismo e Estado Novo: uma aproximação ao tema*. Lisboa: Apenas Livros.

ALMEIDA, João Ferreira de (2013) – *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.

ALVES, Nuno Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel do (2011) – *Jovens em transições precárias: trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.

AMARAL, Luciano (2010) – *Economia portuguesa: as últimas décadas*. Lisboa: FFMS

ANTUNES, Ricardo (2000) – *Sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

BALIBAR, Étienne (1998) – Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne (org.) – *Para Leer El Capital*. 23ªed. México: Siglo XXI.

BANCO DE PORTUGAL (2012) – *Relatório do Conselho de Administração. A economia portuguesa em 2012*. Lisboa: Banco de Portugal.

BANCO DE PORTUGAL (2011) – *Relatório do Conselho de Administração. A economia portuguesa em 2011*. Lisboa: Banco de Portugal.

BERNARDO, João (2004) – *Democracia totalitária*. São Paulo: Cortez.

BERNARDO, João (2003) – *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento.

BLANCHARD, Olivier (2007) – Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal. *Portuguese Economic Journal*, vol. 6, nº1.

CABRAL, Ricardo (2012) – *Como explicar o crescimento da dívida externa nacional desde 1996*. Lisboa: FFMS.

CARDINA, Miguel (2011) – *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal: 1964-74*. Lisboa: Tinta da China.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (2011) – *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná.

COMPETE (2010) – *Relatório de Execução*. Lisboa: Programa Operacional Factores de Competitividade.

COSTA, Jorge; FAZENDA, Luís; HONÓRIO, Cecília; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando (2010) – *Os donos de Portugal. Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Afrontamento.

CUNHAL, Álvaro (2007a [1943]) – Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. In *Obras escolhidas – Tomo I*. Lisboa: Edições Avante, p. 145-235.

CUNHAL, Álvaro (2007b [1946]) – O caminho para o derrubamento do fascismo. In *Obras escolhidas – Tomo I*. Lisboa: Edições Avante, p. 369-536.

DOBB, Maurice (1972) – *Soviet economic development*. London: Routledge.

EUROSTAT (2012) – *Labour productivity per hour worked*. URL: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=0&pcode=tsdec310&language=en>

FRASQUILHO, Miguel (2013) – *As raízes do mal, a troika e o futuro*. Lisboa: Bnomics.

HARVEY, David (1990) – *The condition of postmodernism*. London: Routledge.

IANNI, Octavio (2004) – *Estado e capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense

LEI 32/1974 (1974) – *Lei da Greve*. URL: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=liberd10>

LISI, Marco (2007) – O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976. *Análise Social*, vol. XLII (182), p.181-205.

LOFF, Manuel (2008) – “*O nosso século é fascista*”. Porto: Campo das Letras.

MARX, Karl (s/d) – *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*. URL: <http://marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>.

MARX, Karl (1992) – *O Capital, Livro Primeiro, tomo II*. Lisboa: Edições Avante.

MELO, Daniel (2001) – *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

NEVES, José (2008) – *Comunismo e nacionalismo em Portugal*. Lisboa: Tinta da China.

NORONHA, Ricardo (2011) – *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*. Tese de Doutoramento. URL: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/6855/1/ricardo.pdf>.

NUNES, Adérito Sedas; MIRANDA, David (1969) – A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações. *Análise Social* 27-28, p.333-381
PCP (1974) – “O principal problema do momento político”, *Avante!*, editorial de 31 de Maio de 1974.

POLANYI, Karl (2011) – *A Grande Transformação. As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Lisboa: Edições 70.

PORDATA (2012a) – *Taxa de crescimento (%) do PIB e PIB per capita a preços constantes*. URL: [http://pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+\(percentagem\)+do+PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+\(base+2006\)-883](http://pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+(percentagem)+do+PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+(base+2006)-883).

PORDATA (2012b) – *PIB e PIB per capita a preços constantes (base=2006) em Portugal*. URL: [http://pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+\(base+2006\)-933](http://pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+(base+2006)-933).

POULANTZAS, Nicos (1978) – *Political power and social classes*. London: New Left Books.

RAMOS do Ó, Jorge (1999) – *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.

RODRIGUES, João (org.) (2013) – *Que fazer com este euro?*. Lisboa: Edições 70 e Le Monde Diplomatique.

ROSAS, Fernando (2012) – *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.

SANTOS, Boaventura Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuel (1997) – *O pulsar da revolução: cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-76)*. 2ª edição. Porto: Afrontamento.

TORGAL, Luís Reis (2009) – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra.

TRINDADE, Luís (2008) – *O estranho caso do nacionalismo português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Recebido em dezembro de 2012/ aprovado em maio de 2013